

Populismo e Participação Popular na Política Mexicana durante o governo Cárdenas (1934-1940).¹

Populism and popular participation in Mexican politics during the Cárdenas government (1934-1940)

Ival de Assis Cripa.²

Resumo: o artigo discute os pressupostos da corrente interpretativa que aplicou o conceito de populismo, para explicar a presença das massas no contexto político latino-americano dos anos 30, em especial no México, durante a gestão presidencial de Lázaro Cárdenas (1934-1940). A partir da análise dos discursos de Cárdenas, busca-se outra interpretação da participação popular em seu regime.

Palavras chave: Populismo, cardenismo, Revolução Mexicana, política de Massas, América Latina

Abstract: This article about in interpretative way of understanding a theoretical concept of populism. It matters to explain the massive presence in the latinoamerican's politic context, especially with the Mexico's president Cárdenas 1934-1940.

Key Words: Populismo, cardenismo, Mexican Revolution, politic of mass, América Latina.

O termo populismo, com referência à América Latina, foi utilizado para expressar o fenômeno da emergência das classes populares na vida política dos países deste continente. Segundo Guita Grin Debert, as análises sobre o populismo expressam uma preocupação, não declarada, de dar conta da especificidade do desenvolvimento político latino-americano³. O termo foi usado para designar tanto um determinado tipo de Estado, como movimentos sociais que nunca chegaram ao poder, ou uma determinada relação entre um líder e seu público, etc... Nesse artigo, diante da amplitude do termo populismo, que não possui o mesmo significado

¹ Comunicação apresentada no V Encontro da ANPHLAC, na mesa redonda "Imagens, Sons e Interpretações da História Mexicana Contemporânea". Belo Horizonte, 24 a 26 de Julho de 2002. Esse artigo é uma parte (capítulo I) da dissertação de mestrado apresentada no Dep. De História da FFLCH da USP, cujo título é: *O Vento das Reformas, Lázaro Cárdenas e a Revolução Mexicana*, sob a orientação da prof. Dra Maria Helena Capelato..

² O autor é professor de História da América Latina No Centro Universitário UNIFIEO e doutor em Teoria e História Literária pela UNICAMP.

³ DEBERT GRIN, Guita. **Ideologia e populismo**, A. de Barros, M. Arraes, C. Lacerda, L. Brizola". -São Paulo. T. A. Queiroz, 1979.

entre os autores que discutem a história política da América Latina, optamos por discutir a obra de Arnaldo Córdova, que foi influenciado pelas principais análises do “populismo latino-americano” no contexto dos anos 30, e em especial, na gestão presidencial de Lázaro Cárdenas, que foi objeto de análise de Córdova.

Uma das principais críticas feitas à utilização indiscriminada do termo populismo, para designar lideranças políticas muito distantes no tempo e no espaço, refere-se à generalidade que o conceito assumiu, ao uniformizar experiências políticas tão distintas, como de Juan Domingos Perón, na Argentina, Getúlio Vargas, no Brasil e Lázaro Cárdenas, no México. Moira Mackinnon e Alberto Petrone, ao revisarem os distintos autores que refletiram sobre o populismo clássico, afirmam que as principais análises podem ser agrupadas em duas correntes, consideradas a mais significativas: a teoria da modernização e a vertente histórico-estrutural.⁴ Segundo MacKinnon e Petrone, tanto as interpretações “funcionalistas” (Germani e Di Tella), como a “histórico-estrutural” (Octavio Ianni), com seus matizes e particularidades, caracterizaram o populismo com alguns aspectos comuns: ambos interpretam as lideranças populistas como expressão de um determinado estágio de desenvolvimento do capitalismo latino-americano.

Ambas correntes de interpretação partem de um padrão normativo de desenvolvimento do capitalismo, tomando por modelo a Europa, do qual a América Latina teria se *desviado*. (Mackinnon e Petrone, 1998: 32). Octávio Ianni, no ensaio intitulado Populismo e Relações de Classe na América Latina, escrito em 1968, expôs suas teses sobre o populismo e influenciou análises importantes sobre a Revolução Mexicana, tais como a do historiador A. Córdova. Segundo Ianni:

Em graus diferentes, mas sempre como força política importante, o populismo adquiriu relevância no México, Peru, Equador, Chile, Colômbia, Bolívia, Argentina, Brasil e outros países. (...) Como síntese das ambigüedades recorrentes nas relações entre a sociedade nacional e a economia dependente, o poder oligárquico não resistiu às pressões das classes assalariadas e da burguesia industrial, forças organizadas na aliança populista.” (Ianni, 1972: 34)

⁴ Segundo MacKinnon e Petrone, a teoria da modernização e a teoria de dependência caracterizam-se pelos seguintes postulados sobre o populismo: 1. Uma *linha de interpretação cuja noção chave é o processo de modernização*, tributária do funcionalismo, que pensa o populismo como fenômeno que aparece nos países subdesenvolvidos na transição da sociedade tradicional a moderna (G. Germani, T. Di Tella, S. Stein);

2. Outra linha muito mais ampla e heterogênea que chamaremos *linha de interpretação ‘histórico-estrutural’* vincula o populismo com estágio de desenvolvimento do capitalismo latino-americano, que surge com a crise do modelo agroexportador e do Estado oligárquico. (Mackinnon e Petrone, 1998: 24)

Publicado em 1973, o livro de Arnaldo Córdova, **A Ideologia da Revolução Mexicana, a Formação do novo regime**, tornou-se leitura obrigatória sobre o tema da Revolução Mexicana. Nessa, e em outras obras, o autor define a Revolução Mexicana como uma “Revolução populista”, que teria terminado em 1940, com o fim do mandato presidencial de Cárdenas. Dada a importância do autor na historiografia mexicana, torna-se necessária uma análise dos seus pressupostos interpretativos, envolvendo a reflexão sobre o conceito de *populismo*, usado para caracterizar a política do período. Córdova, na introdução de **Ideologia da Revolução Mexicana**, aponta que, ao contrário do acreditavam muitos historiadores, a *modernização* do capitalismo no México não foi um fenômeno característico do mandato cardenista (1934-1940). O triunfo dos republicanos em 1867 sobre o Segundo Império, a ascensão de Porfírio Díaz em 1876, e a eclosão da Revolução Mexicana em 1910, apesar de guardarem diferenças expressivas entre si, fazem parte de uma *mesma etapa histórica*: o desenvolvimento do capitalismo no México (Córdova, 1973: 15).

No entanto, a Revolução incorporou uma problemática social, antes inexistente ou reprimida pela ditadura. Para Córdova, os liberais que elaboraram a Constituição de 1857 não haviam compreendido algo que os porfiristas sabiam de antemão:

o país era um país atrasado, cujo atraso não podia ser remediado com um sistema de liberdades para as quais o povo não estava preparado, nem cultural nem materialmente; a sociedade mexicana estava fraturada pelas contínuas guerras civis e todos seus elementos tendiam à dispersão; um governo forte, que submetesse esses elementos dissolventes, mediante a violência era necessário. (Córdova, 1973: 16)

Excluída a classe dos proprietários, as outras classes sociais eram consideradas pelas elites do Porfiriato como uma “turba inconsciente”, que deveria ser submetida pela violência. No México, afirma Córdova, o desenvolvimento do capitalismo foi criando condições para que surgisse uma *sociedade de massas*. Mas, diferentemente da Europa, em que a formação da sociedade de massas vinha acompanhada da liberalização das relações sociais, até culminar com a implantação do sufrágio universal, no caso mexicano, a manutenção dos privilégios das classes proprietárias, pelo regime de Porfírio Díaz aumentou o descontentamento das classes populares e fez com que as massas irrompessem na cena política mexicana pela via Revolucionária. Córdova, contudo, ao interpretar a Revolução Mexicana e a presença das massas na cena política, afirma que as massas trabalhadoras “não lograram em nenhum momento constituir um órgão próprio de poder que resistisse aos embates da luta política e que

em pouco tempo se converteram em joguete de outros grupos sociais melhor preparados para a mesma luta.” (Córdova, 1973: 19)

Para Córdova, então, o México, como outros países da América Latina, era um país “atrasado” ou dependente ao extremo e essa condição impossibilitava as classes sociais de formularem um projeto e agirem de forma autônoma. O *atraso* do México, na sua interpretação, criava condições para que o Estado se apresentasse como *o único agente* capaz de formular uma alternativa política, pois a *debilidade* das classes sociais não permitia que a luta de classes se exprimisse. Arnaldo Córdova, na análise sobre o México identifica-se com a tese de que o atraso material do país havia dado lugar a um fenômeno característico do porfiriato, mas não exclusivo: a penetração econômica das potências imperialistas. Ao Estado – sujeito político privilegiado na visão de Córdova –, representado pela burocracia porfirista, caberia o papel de constituir um regime de privilégios garantindo novas possibilidades de ganho para as classes dominantes e submeter as demais classes a serviço dos privilegiados. As massas populares, sob o peso da ditadura porfirista, sofreriam uma permanente dispersão de suas forças, sendo consideradas incapazes de manifestarem-se politicamente e defender seus interesses de classe:

(...) sua luta nasceu com o estigma do localismo, que impediu que seus exponentes pudessem falar em nome de toda sua classe social e, menos ainda, em nome da sociedade inteira (...) não lograram em nenhum momento constituir um órgão próprio de poder que resistisse aos embates da luta política que em pouco tempo se converteram em joguete de outros grupos sociais melhor preparados para a mesma luta.” (Córdova, 1973: 19)

Mesmo que as massas, no México, tenham aparecido na cena política pela *via revolucionária*, na interpretação de Córdova, a Revolução Mexicana não deve ser considerada uma Revolução social: “Uma revolução social não se limita a abolir os privilégios de um sistema dado de relações de propriedade e tanto menos de substituição de um poder político por outro. Uma verdadeira revolução social começa com a tomada do poder político e se realiza como tal, abolindo o sistema de propriedade pré-existente e instaurando um novo. ” (Córdova, 1973: 32) No que se refere à importância das classes populares no processo da Revolução Mexicana, Córdova enfatiza a *debilidade* das classes populares, como um fator que *impossibilitou* a ocorrência de uma ruptura revolucionária de fato. Para o autor, as massas haviam sido transformadas em mero *Joguete*, durante o processo revolucionário.

A Revolução Mexicana, para Córdova então, define-se, não como uma revolução política, mas como uma *Revolução Populista*.(Córdova, 1973: 33) Uma revolução que não

buscava eliminar a “dependência” econômica do México com relação as potências imperialistas, e sim modernizá-la. Na interpretação de Arnaldo Córdova, nenhum grupo possuía um projeto hegemônico, cabendo ao líder populista garantir um governo de *aliança de classes*. As massas, para o autor, não haviam conseguido se organizar autonomamente e foram manipuladas por um Estado autoritário. Córdova atribui ao Estado o papel de sujeito histórico, por excelência, em função do atraso da sociedade mexicana; toma as classes populares como débeis e as classes dominantes como dependentes.⁵

Sobre a gestão presidencial de Lázaro Cárdenas, é possível entender as mudanças ocorridas no México, entre 1934 e 1940 de modo diferente da interpretação de Córdova, sem interpretar a história mexicana a partir do modelo de desenvolvimento do capitalismo nos países avançados, modelo do qual supostamente a América Latina se desviara, na acepção de Córdova, para quem esse desvio de rota, por sua vez, explicaria o atraso e o vazio de poder no México dos anos 30, uma vez que em países “atrasados”, nenhuma classe social seria capaz de formular e defender um projeto político autônomo, abrindo espaços para o surgimento das lideranças populistas, por cima das classes sociais. Sob outra perspectiva, então, iremos agora demonstrar, a partir da análise dos discursos de Lázaro Cárdenas, durante sua gestão presidencial (1934-1940), de que forma o presidente mexicano, longe de manipular as massas segundo seus interesses, necessitava do seu apoio para se manter no poder e abriu um espaços importantes para a participação popular, estabelecendo um compromisso com um programa de reformas sociais, diante da pressão política das mesmas, em defesa de seus direitos.

De um ponto de vista crítico, então, com relação à interpretação de Arnaldo Córdova para quem Cárdenas era um líder populista, buscamos dialogar com as proposições de uma revisão historiográfica do cardenismo, proposta por Ilán Semo e a revisão das interpretações sobre os regimes populistas na América Latina, segundo as proposições de Mackinnom e Petrone, ou ainda sobre o significado das políticas de massas implementadas pelos regimes de Vargas e Perón, segundo Maria Helena Capelato. Sob esse aspecto, acreditamos que seria necessário entender o significado da presença das massas na cena política mexicana nos anos 30, sem recorrer às noções de atraso, vazio de poder e debilidade das classes sociais em países “subdesenvolvidos” ou “dependentes”.

⁵ As afirmações de Córdova partem dos mesmos pressupostos da historiografia brasileira criticada por Marilena Chauí no artigo: CHAUÍ, Marilena. “Ao Leitor Beevolente” IN: CHAUÍ, Marilena e DE CARVALHO FRANCO, Maria Sylvania. *Ideologia e Mobilização Popular*. São Paulo, CEDEC/ Paz e Terra, 1978.

Segundo Guita Grin Debert, para pensar o populismo sob outra perspectiva, sem apelar para o mito da “irracionalidade das massas”, nem mitificar o poder manipulação do líder populista, seria preciso tomar a fonte discurso político, concebendo-a como um material de análise que nos levaria a entender como determinados indivíduos concretos constituem-se como sujeitos da ação política e nessa condição são convidados a legitimar um projeto político e aceitar uma determinada concepção sobre o seu lugar na sociedade. Para a autora, a idéia de que as massas eram débeis e desorganizadas, na compreensão de autores como Córdova, cria um vazio presente na noção de “manipulação”, uma vez a noção não explica as seguintes questões, afirma a autora: qual a relação estabelecida entre o líder e seu público? Quais seriam as diferenças entre os vários líderes que justificam o apoio obtido de diversos grupos sociais? Como essas lideranças puderam constituir uma alternativa para as classes dominadas, num contexto em que existiam outras organizações que se apresentavam como autênticas representantes do proletariado?⁶

Ao recuperamos, então, os discursos de Cárdenas, buscaremos entender como as massas são reconhecidas como sujeitos portadores de direitos e convidadas a legitimar sua gestão e a plataforma de reformas proposta pelo seu governo. Cárdenas, para se eleger e obter apoio popular, durante seu governo, remetia-se aos emblemas e signos da Revolução Mexicana, que eram elementos que tinham um forte apelo no imaginário social das massas, pois canalizar as expectativas dos camponeses, operários, jovens, mulheres, professores e lideranças sindicais e militares, encontrando “uma linguagem e um modo de expressão que correspondiam a uma comunidade de imaginação social, garantindo às massas, que procuram reconhecer-se e afirmar-se nas suas ações, um modo de comunicação, fornecendo-lhe um suporte para a nova hegemonia que se instalava.” (BACZKO, 1985: 310)

Entre 1934 e 1938, o governo Cárdenas foi capaz de implementar a política de massas, visando solucionar os conflitos dentro da ordem estabelecida. Ele conseguiu unificar camponeses, militares, intelectuais, professores, acumulando forças para implementar um amplo programa de reformas sociais que garantiu as principais conquistas dos trabalhadores mexicanos no período. As políticas de massas foram, nos anos trinta, uma das maneiras de evitar a radicalização política das mesmas, por parte dos Estados capitalistas, diante da crise econômica e política dos anos trinta.⁷ Tratava-se de conceder alguns direitos e realizar um

⁶ Ver a introdução do livro de DEBERT GRIN, Guita. **Ideologia e populismo**, A. de Barros, M. Arraes, C. Lacerda, L. Brizola”. - São Paulo. T. A. Queiroz, 1979.

⁷ Capelato entende essas experiências como formuladoras de uma nova cultura política – política de massas – que se concretizaram em alguns países da América Latina. A crise do liberalismo no início do século, “forjou a busca de soluções alternativas para a *questão social*, em muitos países, como o Brasil e

programa de reformas sociais para as massas, aplacando seu descontentamento e tentar solucionar os conflitos sociais dentro da ordem estabelecida. A defesa da unificação de camponeses e operários, junto a outros segmentos da sociedade, em prol de um programa de reformas sociais durante o governo Cárdenas, foi uma das faces da política de massas do cardenismo. Cárdenas, quando se dirigiu às massas, o fez em defesa da consolidação dos ideais e promessas da Revolução Mexicana e procurou estabelecer um diálogo com as camadas populares, para firmar um compromisso com as “conquistas sociais da Revolução”, como dizia.

Cárdenas criou uma comunidade de sentido, entre os seus objetivos e os objetivos das massas. Colocar-se contra seu programa de reformas, significava colocar-se contra a Revolução e contra a *Nova Nação* que estava sendo criada. Em seus discursos, ele defende a unificação operário-camponesa, com outros segmentos da sociedade mexicana, tais como as classes médias, os intelectuais, as comunidades indígenas e as mulheres. Cada grupo social possuía um papel social pré-estabelecido pelo regime. Esses segmentos foram os principais alvos dos discursos de Cárdenas, desde a campanha presidencial, em que ele apelava para a sua unificação em prol de sua obra revolucionária: “contamos com o entusiasmo e a boa vontade das massas proletárias; com o idealismo da juventude, com o desejo de liberação das classes indígenas, com o trabalho cada dia mais fecundo da mulher mexicana, em fim com o afã de cooperação de todos os setores que compõem nossa nacionalidade.” (Cárdenas, 6/03/34: 116-17).

Para as classes trabalhadoras estavam abertas as portas do poder e era necessário que elas estivessem organizadas, disciplinadas e com intensa ação social.⁸ Com relação aos camponeses, tratava-se de entregar-lhes terras e conquistar seu apoio. Consciente da importância do apoio camponês e de seus compromissos com tal segmento social, Cárdenas afirma: “Entregarei aos camponeses o mauser com que fizeram a Revolução, para que a defendam, o ejido e a escola.” (Cárdenas, 6/03/34: 128-29)⁹ Entregar as armas aos

posteriormente a Argentina, em que a solução foi a configuração de um Estado intervencionista”.

Capelato, Maria Helena. *Multidões em Cena: a Propaganda Política no Vargasismo e no*

Peronismo”Campinas, Papirus, 1999: 141.

⁸ CÁRDENAS, Lázaro. *Discurso del candidato del PNR a la Presidencia de la República Ante Miembros de la Cooperativa de Carboneros del Estado de Campeche*, Campeche, 8/03/34, *Palabras y Documentos Públicos*: 117-18, (grifos nossos).

⁹ *Ejido*, em espanhol, provém da palavra *exitus* (saída) e significa “parcela ou unidade territorial estabelecida pela lei, não menor que dez hectares”. Segundo Marco Antônio Villa, é um termo criado após a conquista, denominando as áreas limítrofes dos povoados, que exploravam a pecuária e a lenha, “Após a revolução, passou a designar a parcela de terra entregue pelo governo ao camponês que detêm

camponeses foi a estratégia para enfrentar as forças conservadoras da liderança mais autoritária da Revolução Mexicana, encarnada na figura do general Calles, o “Chefe Máximo da Revolução”. Após ser eleito, Cárdenas apelou às massas, convocando-as para a formação de uma frente única dos trabalhadores, como “um ato de solidariedade com o programa ideológico da Revolução”, afirmando que o programa educacional colocado em prática visava garantir a melhoria das condições materiais e espirituais de vida dos trabalhadores “a educação que será implantada, segue o propósito de organizar todos os trabalhadores do país, o Estado, dentro um espírito socialista, estimulando as classes (...), reconhecendo os justos direitos que têm de sindicalizarse os operários”(CÁRDENAS, 1934: 136-37). Com relação ao papel do Estado, o objetivo era colocar em prática um programa de governo indispensável para “a formação de uma economia nacional dirigida e regulada pelo Estado, que libere o México do caráter de país de economia colonial, campo de exploração do trabalho humano (...) A formação de uma economia própria nos livrará deste gênero de capitalismo” (CÁRDENAS, 30/06/34: 132).

Após os primeiros seis meses de governo, Cárdenas conseguiu mudar o clima político do país – não havia mais censura na imprensa e seus opositores podiam se manifestar livremente, as greves resolviam-se sem intervenção do governo, pois pela primeira vez as organizações operárias gozavam de ampla liberdade. O movimento operário recebeu um enorme estímulo do chefe do executivo e converteu-se em fator decisivo do poder de Cárdenas nos embates com as lideranças conservadoras do Exército Constitucionalista, tais como o general Calles. Os sindicatos mexicanos mais importantes uniram-se num comitê de defesa proletária em apoio à Cárdenas, ameaçando realizar uma greve geral. Com a finalidade de analisar a situação política do país, foi proposto um congresso nacional dos trabalhadores da cidade e do campo, para discutir a formação de uma frente sindical única, após a saída de Calles do país, em 1935, que tentou e não conseguiu desestabilizar a gestão cardenista, a partir de uma campanha contra Cárdenas nos periódicos mexicanos e dos EUA. O Congresso foi realizado em fevereiro de 1936, e contou com a participação de quatro mil delegados, representando mais de seiscentos mil trabalhadores mexicanos do campo e da cidade. Formou-se, então, a Confederação dos Trabalhadores do México, a CTM, que, em 1936 incorporaria a Central Geral dos Operários e Camponeses Mexicanos e outras centrais sindicais, menos a Confederação Revolucionária Operária Mexicana e a Central Geral dos Trabalhadores.

o usufruto, mas não a propriedade plena. Há *ejidos* coletivos quando a comunidade explora coletivamente as terras dotadas pelo governo.”(Villa, 1993:75-6).

Num quadro de crescentes revoltas e conflitos entre católicos e os conservadores ligados a Calles, Cárdenas apelou para a união das forças populares e procurava tranquilizar os diferentes setores representantes do capital estrangeiro. Caberia a educação socialista o papel de unificar operários, camponeses, professores e o exército nacional na busca da *nação nova*. A educação inspirada na doutrina socialista foi utilizada pelo governo Cárdenas, como um instrumento de formação de uma *nova nacionalidade* e serviu conquistar o apoio das massas. Ao referir-se ao programa educacional de sua gestão, Cárdenas afirmava que a “escola socialista, escola do trabalho”, contava com a “cooperação dos operários, dos camponeses, dos professores primários e do exército nacional (...) que é um factor revolucionario na edificação de um México novo.” (CÁRDENAS, 28/10/34: 138)

Segundo Raquel Sosa, a aprovação de mudanças constitucionais em relação ao conteúdo da educação, permitiu a reorganização radical do sistema educativo, convertendo os professores em agentes do governo, buscando apoio nas mais distantes localidades. A ação dos professores, permitiu ao governo detectar as zonas de conflito social e determinar orientações para resolver a transição, transformando os professores em peças fundamentais para a efetivação da Reforma educacional e da Reforma agrária. Durante os primeiros seis meses de governo, os professores estiveram envolvidos em vários conflitos, desafiando as autoridades tradicionais, denunciando seus abusos, tentando romper com os antigos esquemas de educação e de organização, pois sua luta era política. Além dos professores, Cárdenas apelava aos trabalhadores intelectuais, para que contribuíssem na construção de uma pátria nova.

Na nova arquitetura do poder político, além do apoio das camadas populares, foi necessário, para neutralizar os conservadores ligados à Calles e acabar com o conflito religioso, garantir a hegemonia do seu grupo nas forças armadas. Discretamente, vários postos no exército foram sendo ocupados por elementos ligados ao presidente. Tal façanha foi possível, em parte, em função do prestígio que Cárdenas possuía no exército, “Sua experiência no esmagamento de rebeliões, como governador, na direção de distintas zonas militares e como Secretario de Guerra, o faziam merecedor de uma autoridade moral que poucos contemporâneos seus podiam almejar.” (SOSA, 1996: 32) No início de seu governo, Cárdenas nomeou dezenove generais até janeiro de 1935 e sua experiência militar lhe foi útil para escolher homens que fossem “leais” ao seu governo.

O presidente do México foi obrigado a tranquilizar a imprensa e a opinião pública internacional, afirmando que seu governo não estava alinhado com os países da União Soviética – URSS, dizendo que o México havia realizado “uma revolução política e social, de caráter

inteiramente nacional; de tendência e de ideologia próprias, e cujos princípios não vão além do que os povos mais avançados da Europa e América estão almejando para si. (CÁRDENAS, 21/03/35: 150). Entre 1934 e 1935, o México encontrava-se em plena agitação política, os grupos políticos redefiniam sua identidade segundo novos parâmetros. Se o Partido Comunista Mexicano defendia a organização autônoma do movimento operário, o partido não sustentou essa posição por muito tempo – a hegemonia de Stálin na URSS, os expurgos no partido bolchevique, a ascensão do fascismo na Itália e dos nazistas na Alemanha, exigiram uma mudança de posição. Segundo Sosa, a Internacional Socialista realizou uma autocrítica na tática da guerra de classe contra classe, aprovada no VI Congresso da internacional. Durante o VII Congresso tal posição foi revisada. Com relação à América Latina, a Internacional destacava a tarefa dos partidos comunistas em evitar a guerra imperialista e o avanço do fascismo, formando uma frente única antiimperialista.

Ao propor uma revisão historiográfica sobre o cardensismo, Ilan Semo formulou uma pergunta sobre o regime cardenista: Cárdenas não pode ou não quis dar autonomia ao movimento operário? Acreditamos que ele não estava disposto a apoiar um movimento operário que não estivesse sob seu controle. Cárdenas apoiou a mobilização operária e enfatizava a importância da educação socialista para as massas, mas por outro lado, não buscava a abolição do capitalismo, como a Central dos Trabalhadores Mexicanos liderada pelo intelectual marxista Vicente Lombardo Toledano. Ao reconhecer a legitimidade das lutas das massas e que a sociedade estava dividida em dominantes e dominados, a luta de classes surge somente como um instrumento à serviço do Reformismo Estatal. Caberia ao Estado dar um tratamento igual para partes desiguais: “O conceito moderno da função do Estado e a natureza mesma da legislação do trabalho, de amplitude universal, requer outorgar um tratamento igual a duas partes desiguais. (CÁRDENAS, 14/03/36: 200)

A mudança do nome do partido de PNR para PRM, visava revitalizar o partido, aproximando-o um pouco mais das massas operárias e camponesas. Tal redefinição da linha política assumida pelo partido vinha ao encontro dos objetivos da CTM, que seguindo as proposições da Sétima Internacional, queria dar prioridade à política das frentes populares. Enquanto a CTM tenta comandar a Frente Popular, Cárdenas aprofunda-se na política de reformas e conquista do apoio das massas e consegue integrá-las na órbita do partido, o Partido Nacional Revolucionário, que fora transformado num partido de massas. Em 30 de março de 1938, durante a III Assembléia Nacional do PNR, o partido passou a se chamar Partido da Revolução Mexicana – o partido passava a reconhecer em seus princípios a luta de classes, como um fenômeno inerente ao sistema capitalista e que sua tarefa era preparar o

povo para a implantação de uma democracia de trabalhadores em um regime socialista –. O traço característico da nova organização política era a integração dos diversos segmentos que a compunham, dentro dos marcos de um partido único. Não se tratava da reestruturação política de um partido, mas da nação. A reorganização do partido deu-se em moldes setoriais, em que cada setor poderia expressar seus interesses e fazer pressão sem ruptura da ordem instituída pelo grupo hegemônico.

Durante a gestão cardenista, o poder presidencial impôs-se sobre os outros poderes públicos federais e o partido passou a ser um órgão a serviço do governo. Conservar o poder e garantir a estabilidade política, foi sua meta alcançada graças à “unidade a toda custa”, como acusava o Partido Comunista Mexicano. A estabilidade política garantida pela política de massas empreendida pela gestão cardenista, criou condições para que Cárdenas colocasse em prática uma política de reformas que, definitivamente, transformou a sociedade mexicana. Em 1938, Cárdenas apelou aos trabalhadores para que realizem um congresso internacional em defesa da Espanha, evocando todos os trabalhadores a se solidarizarem de forma pacífica em prol de uma fraternidade universal, contra as guerras imperialistas.

A identificação dos objetivos da gestão cardenista, com os objetivos das massas, tais como a defesa de seus direitos e a defesa da unificação operário camponesa, em prol do seu programa de governo, não distinguia o programa da Revolução do programa da sua gestão presidencial. Os discursos de Cárdenas reportam-se ao imaginário social da Revolução e a sua capacidade de mobilização explica-se por que seus discursos encontravam uma linguagem e um modo de expressão que correspondia à uma “comunidade de imaginação social, assegurando um modo de comunicação com as massas que visa dar-lhes uma identidade coletiva, reconhecer-se e afirmar-se em suas ações.”(BACZKO, 1991: 44)

Ao contrário do que acreditaram os teóricos do populismo na América Latina, as massas não eram um mero *jogete* nas mãos do governo – sua ação política era fundamental para dar suporte aos poderes de um regime que realizou reformas sociais importantes no México e permitiu avanços importantes das classes trabalhadoras –. O governo Cárdenas foi, na verdade, empurrado para a esquerda pelas massas e foi forçado a aprofundar as reformas sociais prometidas durante a fase armada da Revolução Mexicana. As conjunturas nacionais e internacionais interferiram bastante na fase final da gestão cardenista, sobretudo a ação de grupos de extrema direita no México, ligados ao franquismo; a ação dos grupos econômicos norte-americanos, afetados pela expropriação das CIAS de petróleo, que tentavam desestabilizar o governo, bem como o fracasso iminente dos republicanos na Espanha, em 1938 e os desdobramentos da 2^a Guerra mundial, que forçava um alinhamento do México com

os EUA. Essa conjuntura histórica barrou reformismo do governo Cárdenas e sua guinada à esquerda.

Fontes todos os discursos citados foram extraídos de:

CÁRDENAS, LÁZARO. **PALABRAS Y DOCUMENTOS PÚBLICOS, mensajes, discursos, declaraciones, entrevistas y otros documentos, 1941-1970.** Siglo Veinteuno Editores, México, España, Colombia, 1979.

_____. **Discurso del candidato del PNR a la Presidencia de la República, al Pueblo Tabasqueño.** Emiliano Zapata, Tabasco, 6/03/34, Palavras e Documentos Públicos.

_____. **Discursos del Candidato del PNR a la Presidencia de la República, en vísperas de las elecciones para renovación de los poderes federales.** Durango, 30/06/34, Palavras e Documentos Públicos.

_____. **Mensaje Del Presidente da República Sobre la Escuela Socialista,** México, D. F., 28/10/34.

_____. **Discursos del candidato del PNR a la Presidencia de la República Al Pueblo de Durango,** Durango, 27/06/4, Palavras e Documentos Públicos.

_____. **Discursos del candidato del PNR a la Presidencia de la República Al Pueblo de Durango** Durango, 27/06/4.

_____. **Discurso del Presidente de la República en una asamblea campesina”.** Guadalajara, Jalisco, 16/07/35.

_____. **Declaraciones del presidente electo de la República a la agencia informativa United Press sobre la Reforma Educativa.** Hacienda de Cumuato, Jalisco, 15/10/34, Palavras e Documentos Públicos.

_____. **Respuesta del Presidente de la República al Sector Patronal Sobre la Situación Económica del País.** México, D. F. , 14/03/36.

_____. **Mensaje del Presidente de la República a los universitarios del país.** México D. F., 21/03/35.

Referências Bibliográficas

BACZKO. Bronislaw. **Los imaginários sociales. Memorias y esperanzas colectivas.** Buenos Aires, Nueva Visión, 1991.

BACZKO, Bronislaw. **Utopia.** In Enciclopédia Einaudi (Anthropos-Homem). Lisboa, Imprensa Casa Nacional da Moeda, 1985.

CAPELATO, Maria Helena. **Multidões em cena. Propaganda Política no Vargasismo e no Peronismo**, Campinas, SP, Papirus, 1998.

CHAUÍ, Marilena. **Ao Leitor Benevolente** IN: CHAUÍ, Marilena e DE CARVALHO FRANCO, Maria Sylvia. **Ideologia e Mobilização Popular**. São Paulo, CEDEC/ Paz e Terra, 1978.

CÓRDOVA, Arnaldo. **La ideología de la Revolución Mexicana, la formación del nuevo régimen**. México, D.F., ediciones Era, 1973.

IANNI, Octavio. **Populismo y Relaciones de Clase en América Latina** in **Revista Mexicana de Ciencias Políticas**, Enero-Marzo, 1972.

MACKINNON, Moira e Mario Alberto Petrone. **Populismo y Neopopulismo en América Latina, el problema de la Cenicienta**. (compiladores) Buenos Aires, Eudeba, 1998.

PIOZZI, Patrícia. **O ato livre**. Dissertação de Mestrado, (mimeografado) São Paulo USP, 1983.

SOSA, Raquel E., **Los Códigos Ocultos del Cardenismo**. México, Plaza y Valdes editores, 1996.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

VILLA, Marco Antônio. **A Revolução Mexicana**. São Paulo, Ática, 1993.

Recebido em *Setembro de 2009*

Aprovado em *Novembro de 2009*